

Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Regulamentação contábil e sua imprescindibilidade no cotidiano social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R344 Regulamentação contábil e sua imprescindibilidade no cotidiano social / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-895-3

DOI 10.22533/at.ed.953211703

1. Contabilidade. 2. Ciências sociais. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 657

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra “Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de cinco capítulos que abordam a contabilidade sob diferentes perspectivas. A contabilidade vem ganhando cada vez mais representatividade no campo organizacional, emergindo como uma ciência social aplicada focada na elaboração e divulgação de informações úteis para a tomada de decisão de gestores e diversos outros *stakeholders*.

Desse modo, discutir e compreender os fenômenos que permeiam as ciências contábeis contribuem para o seu avanço e consolidação no campo científico. Nesse contexto, este livro surge como uma fonte de pesquisa e consulta para todos os acadêmicos e profissionais que desejam ampliar seus conhecimentos sobre a contabilidade, por meio de um arcabouço teórico especializado. A seguir, apresento os capítulos que compõem esta obra, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “A História da Contabilidade enquanto Campo de Estudo e a sua Importância para o Desenvolvimento da Contabilidade” e trata-se de um ensaio teórico com o objetivo de refletir a história da contabilidade enquanto um campo de estudo a ser explorado em prol do desenvolvimento da contabilidade.

O segundo capítulo tem como título “A Regulamentação Contábil e a Testagem dos Métodos na Perícia de Apuração de Haveres como Salvaguarda do Direito ao Patrimônio Social Justo” e buscou demonstrar a imprescindibilidade da regulamentação contábil no cotidiano social.

O terceiro capítulo, intitulado “A Evidenciação das Práticas Ambientais em Empresas de Construção Civil Listadas na B3”, teve como objetivo analisar a evidenciação das práticas das empresas do setor de construção civil listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) quanto ao gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais.

O quarto capítulo tem como título “Estratégias de Desempenho e Conexões Políticas: evidências empíricas nas empresas brasileiras listadas na B3” e objetivou evidenciar como as conexões políticas entre firma e governo têm influência no desempenho das empresas listadas na B3, no período de 2012 a 2016, considerando o contexto institucional e econômico do Brasil.

O quinto capítulo é intitulado “Estágio Curricular: as contribuições práticas do estágio na percepção de acadêmicos do curso de ciências contábeis” e teve como objetivo investigar a analogia da efetiva prática do estágio nas empresas em relação ao conhecimento adquirido em sala de aula.

Ressalto que as pesquisas aqui apresentadas contribuem para a ampliação do debate acadêmico e conduzem docentes, pesquisadores, estudantes, gestores, consultores e profissionais contábeis à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem

atualmente no âmbito da contabilidade. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE ENQUANTO CAMPO DE ESTUDO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE	
Ronan Pereira Capobiangio	
Jorge Katsumi Niyama	
DOI 10.22533/at.ed.9532117031	
CAPÍTULO 2	15
A REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL E A TESTAGEM DOS MÉTODOS NA PERÍCIA DE APURAÇÃO DE HAVERES, COMO SALVAGUARDA DO DIREITO AO PATRIMÔNIO SOCIAL JUSTO	
Iara Sônia Marchioretto	
Kawany de Oliveira Souza	
Mariane Zanette	
DOI 10.22533/at.ed.9532117032	
CAPÍTULO 3	38
A EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS EM EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA B3	
Aluska Ramos de Lira	
Kamilla Alves Barreto	
José Ricardo Revorêdo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9532117033	
CAPÍTULO 4	57
ESTRATÉGIAS DE DESEMPENHO E CONEXÕES POLÍTICAS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3	
Kamilla Alves Barreto	
Aluska Ramos de Lira	
DOI 10.22533/at.ed.9532117034	
CAPÍTULO 5	73
ESTÁGIO CURRICULAR: AS CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS DO ESTÁGIO NA PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
Kemely Cristine Arruda Andrade	
Eliana Soares Barbosa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9532117035	
SOBRE O ORGANIZADOR	91
ÍNDICE REMISSIVO	92

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS DE DESEMPENHO E CONEXÕES POLÍTICAS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Kamilla Alves Barreto

Universidade Federal da Paraíba
Campina Grande – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/3022384993897964>

Aluska Ramos de Lira

Universidade Federal da Paraíba
Campina Grande – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/8904409358057477>

RESUMO: O desempenho das empresas está associado a interação firma-ambiente, sendo essencial a elaboração de estratégias que captem recursos e garantam vantagem competitiva, assegurando a continuidade do negócio e alcance de suas metas. Por intermédio de estratégias políticas, as firmas buscam descobrir déficits no mercado, a fim de se tornarem mais competitivas. Assim, o objetivo desta pesquisa foi evidenciar como as conexões políticas entre firma e governo, têm influência no desempenho das empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no período de 2012 a 2016, considerando o contexto institucional e econômico do Brasil. Como base teórica foi utilizada as teorias da agência e da dependência de recursos. Os resultados apontaram que, de forma geral, as doações a campanhas eleitorais não veio a ser um fator a impactar fortemente a performance das empresas, logo sendo um indicativo de que as mesmas não terão seu desempenho afetado

em decorrência da introdução da Lei da Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015). Por sua vez, a crise enfrentada no país a partir de 2015 teve impacto negativo no desempenho das firmas durante esse período assim como em posteriores. Além disso, ficou evidenciado que há baixo nível de disponibilidades nas empresas em análise.

PALAVRAS-CHAVE: Desempenho; Conexões Políticas; Doações; Teoria da Agência; Teoria da Dependência de Recursos.

PERFORMANCE STRATEGIES AND POLITICAL CONNECTIONS: EMPIRICAL EVIDENCE IN BRAZILIAN COMPANIES LISTED IN B3

ABSTRACT: The performance of companies is associated with the interaction between firm and environment, and it is essential to develop strategies that capture resources and ensure competitive advantage, ensuring business continuity and achieving its goals. Through political strategies, firms seek to discover deficits in the market in order to become more competitive. Thus, the objective of this research was to show how the political connections between firm and government, have an influence on the performance of companies listed in Brazil, Bolsa, Balcão (B3), in the period from 2012 to 2016, considering the institutional and economic context of Brazil. As a theoretical basis, theories of agency and resource dependence were used. The results showed that, in general, donations to electoral campaigns did not become a factor that strongly impacted the performance of companies, thus indicating that their performance will not be affected due to the introduction of the Electoral

Reform Law (Law No. 13,165 / 2015). In turn, the crisis faced in the country since 2015 had a negative impact on the performance of firms during this period as well as in subsequent ones. In addition, it was evidenced that there is a low level of availability in the companies under analysis.

KEYWORDS: Performance; Political Connections; Donations; Agency Theory; Resource Dependency Theory.

1 | INTRODUÇÃO

Muitas empresas buscam manter disponibilidades de caixa a fim de proporcionar maior flexibilidade financeira, proteger os interesses dos acionistas e reduzir os custos de transação no mercado externo, além de proteger a organização em momentos de dificuldade financeira. No entanto, essas reservas muitas das vezes podem levar os administradores a prática de comportamentos oportunistas (Jensen, 1986), o que faz com que a relação positiva entre liquidez e desempenho seja afetada. Dessa maneira, essa relação passa a depender de características inerentes ao contexto institucional em que as empresas operam.

Dessa forma é importante que se verifique empiricamente como o efeito das disponibilidades sobre o desempenho pode ser contingente e dependente de conexões políticas através das doações. A recessão econômica e crise política atual na qual o Brasil ainda se encontra pode ser evidenciada com a queda do PIB que apresentou no ano de 2015, conforme dados do IBGE, um percentual de -3,8%; período de maior queda verificada desde 2010, mostrando também a importância de identificar as consequências da crise no desempenho das empresas.

A relação entre empresas e o ambiente em que operam é relevante na busca de estratégias para captar recursos essenciais à melhoria do seu desempenho, na busca de reduzir as incertezas e o risco do negócio. Estudos sobre as conexões políticas das firmas são relativamente recentes. A literatura internacional vem identificando certos benefícios mútuos dessa relação firma-governo, traduzidos em informação, influência, proteção, recursos financeiros e rendas do governo, demonstrando que há relação significativa entre a dependência de recursos do governo e a intensidade de conexões políticas (Fisman, 2001; Hillman & Keim, 1995; Mahon & Murray, 1981; Pittman, 1977).

Por outro lado, alguns estudos, como o de Chen, Cheng e Tan (2017), evidenciam que empresas conectadas politicamente tendem a gerenciar suas informações para evitar expô-la, gerando custos políticos associados a assimetria informacional, prejudicando o desempenho da firma, que por vezes acredita estar se beneficiando pela conexão política.

Dessa forma, a pesquisa busca a partir de novas evidências, considerando o caso brasileiro, investigar se há efeitos consideráveis das doações a campanhas eleitorais sobre o desempenho das firmas, tendo em vista que a partir de 2015 com a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) não mais é permitido doações de pessoas jurídicas para as campanhas

eleitorais. Sendo a mudança introduzida pela Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015), assim busca-se verificar se as mesmas terão seu desempenho afetado a partir dessa mudança, contribuindo para a literatura já existente trazendo novas evidências a partir da reformulação da lei, assim como considerando o contexto de crise política e econômica.

Com base nas pesquisas que estudam a relação firma-governo, sob a ótica da governança e do desempenho, este trabalho através da teoria da dependência de recursos e a teoria da agência, busca contribuir para explicar o impacto das doações sobre o desempenho das firmas no contexto Brasil, respondendo a seguinte questão: as conexões políticas entre firma e governo, por doação à campanha, têm influência no desempenho das empresas listadas na B3?

O artigo analisa as conexões políticas, a partir das doações à campanha, das firmas brasileiras listadas na B3, não financeiras e sem regulação, e suas influências no desempenho de mercado no período de 2012 a 2016. O presente trabalho está estruturado conforme segue: referencial teórico, apresentando a teoria da agência e a teoria da dependência de recursos, utilizadas como base, e alguns estudos empíricos; os procedimentos metodológicos utilizados na concepção desse trabalho; os resultados encontrados, bem como a discussão destes e as considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estratégias de Desempenho e Governança Corporativa

O melhor desempenho das empresas está ligado a interação firma-ambiente, sendo essencial para a concepção de estratégias que capturem recursos (Hillman, 1999). É possível encontrar na literatura um corpo teórico a respeito das ligações sociais das firmas por intermédio dos administradores. No meio organizacional, o desempenho está associado à eficiência que a empresa apresenta diante do mercado, ou seja, a efetividade organizacional (Andrade & Galina, 2013; Ccas, 2014).

A palavra “estratégia” pode ser entendida como “um desses termos que muitas das vezes definimos de uma forma e muitas vezes usamos de outra” (Mintzberg et al., 2006). Huffman (2001) observa que a definição de estratégia associada às organizações e ao negócio é bastante complexa. Dessa maneira, ele fala que estratégia de negócio pode ser definida como a declaração de como a empresa pretende ganhar. Entretanto não é algo específico, não é um plano onde é apresentado um passo a passo, mas antes está relacionado com as táticas para um futuro a longo prazo.

A estratégia oferece um suporte para as empresas e apresenta a definição das maneiras possíveis para alcançar as suas metas (Zahra & Covin, 1993). Sendo assim, a estratégia em uma organização pode se apresentar de diversas maneiras, tais como o marketing (incluindo vendas e promoções), recursos humanos (incluindo aspectos também

culturais), de finanças, de contabilidade, conexões políticas entre outras estratégias de gestão.

A necessidade de maior transparência fez com que as empresas no mercado de capital aberto aderissem as boas práticas de governança, tendo como intenção mostrar a credibilidade e importância das informações prestadas, o que vem se tornando cada vez mais importante no lançamento de ações. Silveira (2004) define a governança corporativa como um sistema de gerenciamentos capaz de fornecer eficácia para percurso decisório empresarial. Dessa maneira, a governança corporativa acaba sendo uma sucessão de medidas cuja principal função é a supervisão sobre o modo administrativo empresarial, garantindo lucro aos que esperam retorno do investimento.

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002, p.1), a governança corporativa é um conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital.

De maneira sintetizada, a governança corporativa surge com o intuito da produção de um sistema onde as companhias subordinam-se ao controle e ao monitoramento, proporcionando associação sem prejuízos para os envolvidos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2016), o escopo da Governança Corporativa é a elaboração de ferramentas eficazes que servem para assegurar as ações dos gestores de acordo com o interesse e intenções dos detentores de ações.

As instituições que adotam o sistema de gestão Governança Corporativa elaboram um conjunto administrativo que torna a transparência da empresa mais relevante diante do mercado acionário, ou seja, a empresa tende a possuir menor assimetria informacional e maior controle de perdas e ganhos dos acionistas (Vieira & Mendes, 2004).

O quantitativo de pesquisas que tentam explicar as relações e o impacto do contexto institucional sobre o desempenho das corporações vêm aumentando expressivamente, uma vez que o desempenho é afetado por muitos fatores externos e também internos, por estar sujeito a administração executada por gerentes, que podem manter uma conduta oportunista, voltada a atender seus próprios interesses, onde os acionistas perdem controle e proteção (Garmaise & Liu, 2005).

De acordo com a teoria da agência, a manutenção de caixa é importante para a construção de recursos (Jensen, 1986). Toda empresa busca o lucro, essa é a lógica empresarial, além de buscar em conjunto a potencialização e ampliação dos recursos de seus diretores e acionistas. Porém, não é sempre que os interesses destes acionistas estão alinhados com a vertente de interesse dos administradores. Contempla-se assim, apresentar a Teoria da Agência, que trata sobre os conflitos de agência. Assim, a hipótese fundamental dessa teoria é que as pessoas têm interesses diferentes e cada uma busca alcançar seus próprios objetivos, podendo para isso colocá-los a frente dos organizacionais.

Fazendo uma análise geral pode-se aferir que os sócios acionistas terão suas

ações visando o aumento do valor de mercado das ações e aumento do seu patrimônio, os administradores visam manter seus empregos e a construção do seu próprio patrimônio empresarial. Silveira (2004) aborda que os conflitos de agência não se limitam ao que diz respeito aos sócios e aos administradores, pois o conflito se apresenta no que envolve os sócios, sócios nominais ou de menor patrimônio e sócios controladores ou administrativos.

2.2 Conexões Políticas

Por intermédio de estratégias políticas, as firmas buscam descobrir déficits no mercado, a fim de se tornarem mais competitivas. As conexões políticas podem ser caracterizadas como manutenção de vínculos entre empresas e políticos, a fim de atender interesses específicos. Camilo, Marcon e Bandeira-de-Mello (2012) definem que as conexões políticas consistem na prática de empresas manterem vínculos com políticos, para atingir determinados objetivos, como a necessidade de obtenção de recursos. Enquanto que os interesses dos políticos consistem prioritariamente nos financiamentos de campanha, realizando assim trocas de favores para benefícios mútuos.

A literatura internacional traz uma maior quantidade de pesquisas sobre a temática. Os estudos sobre conexões políticas são classificados de acordo com Cooper, Gulen & Ovtchinnikov (2010) de duas formas: (1) aqueles que analisam conexões políticas explícitas, relacionadas a um político no Conselho da Administração e (2) aqueles que analisam as conexões implícitas, definidas como a relação indireta por meio de contribuição em espécie para os cofres de um político. Tendo em vista que ainda não há consenso sobre a relação que melhor define as empresas politicamente conectadas (Jackowicz; Kozlowski & Mielcarz, 2014), neste estudo, optou-se por avaliar as conexões políticas implícitas de cada empresa, através de suas doações oficiais à campanha. Considerando-se, assim, as doações como medidas de conexão política.

Essa conexão política estabelecida nos financiamentos de campanha, através das doações, podem produzir significativos efeitos sobre o ambiente competitivo das empresas, com as estratégias políticas as corporações produzem esforços para influenciar as decisões em políticas públicas (Hillman & Hitt, 1999).

Camilo, Marcon e Bandeira-de-Mello (2012) afirmam que ao criar conexões políticas por meio de doação a campanha, a empresa despense esses recursos com o objetivo de obter bom retorno. Dessa forma, a doação de recursos financeiros é vista como uma estratégia da empresa, que a liga diretamente aos atuais governantes, prováveis futuros governantes e partidos políticos (Bazuchi et al., 2013).

Ao ligar as correntes que abordam temas importantes como governança e desempenho, tem-se a teoria da dependência dos recursos para cooperar no esclarecimento das relações organizações-ambiente, através das conexões políticas. Para a teoria da dependência de recursos, a articulação ao ambiente é uma função direta dos níveis e tipos de dependência que uma organização possui (Hillman, Cannella, & Paetzold, 2000). Logo,

os laços estabelecidos pelas firmas expressam o grau de articulação e de dependência em relação ao ambiente.

Brey et al. (2011) afirmam que as organizações fazem o que estiver ao alcance para diminuir as incertezas, minimizar as dependências externas e aumentar os recursos de que necessitam. Os autores destacam que um dos métodos utilizados para diminuir as dependências externas é a criação de vínculos políticos, tendo em vista que é o governo que intervém nas políticas econômicas e públicas do país.

Alguns autores acreditam que as conexões políticas podem ser benéficas para a empresa, mas existem estudos que divergem desse posicionamento, afirmando que o custo decorrente das conexões políticas pode ser maior que o retorno, o que torna desvantajosa a iniciativa (Brey et al., 2014; Ozer & Alakent, 2013).

Chen, Cheng e Tan (2017), em seu estudo, evidenciaram que empresas conectadas politicamente tendem a gerenciar suas informações para evitar expô-la, revelando menos informações do que empresas comparáveis, gerando custos políticos associados à assimetria informacional, prejudicando o desempenho da firma, que por vezes acredita estar se beneficiando pela conexão política e, que tais empresas têm sua divulgação positivamente relacionada à extensão da sua dependência, do tipo de conexão e da gravidade do seu envolvimento em escândalos, aumentando posteriormente sua divulgação para compensar as perdas decorrentes dos escândalos e reduzir o aumento do risco e custos provenientes.

Assim embora alguns estudos empíricos tenham encontrado efeitos positivos no desempenho das firmas, é importante considerar o contexto político característico de cada país, bem como outros fatores externos às empresas, uma vez que quando as empresas têm em seu ambiente de atuação mercados emergentes, como o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), eles se deparam com situações diferenciadas de controle dos mercados, e as relações entre empresa-governo-mercado podem motivar ou constranger suas estratégias.

Claessens, Feijen e Laeven (2008) pesquisaram o tema “conexões políticas” baseados em dados brasileiros, nas eleições entre 1998 e 2005, buscando verificar se maiores contribuições de empresas para campanhas de candidatos à eleição implicavam em favores políticos no futuro, bem como quais eram esses favores, além de identificar retornos anormais das ações de empresas que contribuíram para as campanhas, os resultados demonstraram que doações a campanhas de deputados tinham um efeito mais forte nos casos em que o candidato venceu. Um de seus argumentos era que as contribuições políticas podiam vir a facilitar o acesso a financiamentos, já que as empresas que contribuíram tiveram aumento na alavancagem, embora não tenha acontecido o mesmo com a rentabilidade.

Este maior acesso a empréstimos é algo grave tendo em vista que, em média, as empresas que mais contribuem para campanhas eleitorais tendem a ter pior desempenho econômico e por meio desse crédito diferenciado virem a garantir sua sobrevivência no

mercado, fazendo com que o grau de conexão política passe a determinar a lucratividade dos empreendimentos, em detrimento de outros critérios como a produtividade, comprometendo o crescimento sustentado.

3 | METODOLOGIA

3.1 População, amostra e coleta de dados

Esta pesquisa empírica partiu inicialmente de todas as empresas listadas na B3 que apresentaram pelo menos uma informação referente às variáveis definidas para os modelos utilizados, os dados das demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais de 2012 a 2016 foram coletados da base de dados Thomson Reuters® e os dados relativos às doações feitas pelas empresas para campanhas eleitorais de 2014 do sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que foram coletados manualmente.

Sendo as variáveis observadas inicialmente através de estatística descritiva e análise da correlação a fim de verificar o comportamento e a associação entre elas, em seguida fez-se o uso da técnica estatística da regressão linear múltipla, por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com uso de dados em painel desbalanceado com efeitos fixos. Da amostra foram excluídas as empresas do setor financeiro e de seguros. Portanto a amostra final é composta de 94 empresas e 470 observações.

O período de abrangência utilizado na amostra foi de 2012 a 2016, o ano utilizado para medir a relação da crise foi 2015, ano da recessão econômica no Brasil, registrada de acordo com o IBGE como uma das maiores recessões dos últimos tempos, e o ano de 2014 foi usado para, a variável de interesse, *dummy* doações por ser o último ano das eleições presidenciais compreendido durante o período de análise e por ser o último ano onde era permitido por lei as doações por empresas, sendo coletadas informações de doações por empresas a campanhas de Presidente, Deputado Federal e Estadual, Governador e Senador.

3.2 Modelos e variáveis empregadas

Os modelos empíricos abaixo foram aplicados aos dados:

$$ROA = \alpha + \beta_1 \text{Disp}_{it} + \beta_2 \text{ConcPart}_{it} + \beta_3 \text{Alav}_{it} + \beta_4 \text{Tam}_{it} + \beta_5 \text{Tang}_{it} + \beta_6 \text{OportCr}_{it} + \beta_7 \text{Doaes}_{it} + \beta_8 \text{Crise}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$ROA = \alpha + \beta_1 \text{Disp}_{it} + \beta_2 \text{ConcPart}_{it} + \beta_3 \text{Alav}_{it} + \beta_4 \text{Tam}_{it} + \beta_5 \text{Tang}_{it} + \beta_6 \text{OportCr}_{it} + \beta_7 \text{Crise}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

A variável dependente do estudo é o retorno sobre ativos (ROA), tomada como uma *proxy* para o desempenho da empresa, a variável independente chave é a Disponibilidade. Como variável de interesse foi utilizada a *dummy* doações (Doaes). As variáveis utilizadas são descritas no quadro abaixo.

Variável	Sinal Esperado	Descrição
ROA		Lucro Líquido/Ativo Total
Disponibilidades (Disp)	+	Caixa e Equivalentes de Caixa/Ativo Total
Concentração de participação (ConcPart)	-	% de ações detidas diretamente pelo acionista majoritário
Alavancagem (Alav)	-	Dívida Financeira/Dívida Financeira e Patrimônio
Tamanho (Tam)	+	Logaritmo natural do Ativo Total
Tangibilidade (Tang)	+	Ativos Tangíveis/Ativos Totais
Oportunidade de crescimento (OportCr)	+	% variação nas vendas do ano t para o ano t-1
Doações (Doeas)	+/-	Dummy igual a 1 para as empresas que doaram na campanha eleitoral do ano de 2014, 0 caso contrário.
Crise (Crise)	-	Dummy igual a 1 para os anos iguais ou posteriores a 2015, 0 caso contrário.

Tabela 1
 Descrição das Variáveis Empregadas
 Fonte: Elaboração dos autores (2020).

4 | RESULTADOS

A análise dos resultados foi realizada por meio de uma análise longitudinal das firmas. Com o propósito de observar o comportamento e a associação das variáveis, foram feitas, assim, análise de estatística descritiva e correlação. Em seguida para identificar os efeitos das variáveis sobre o desempenho das empresas foi utilizada a técnica estatística da regressão linear múltipla, por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com uso de dados em painel desbalanceado.

Os resultados da Tabela 2 contendo as estatísticas descritivas evidenciam que a variável dependente ROA, no total, durante os anos analisados, apresentou média positiva, revelando que as firmas alcançaram desempenho positivo; até quando observado, os valores mínimos, que mostram que até mesmo àquelas com menor performance ainda obtiveram resultados favoráveis.

Com relação ao comportamento das variáveis independentes, observa-se média de tesouraria de acordo com a variável (DISP) de 8%, mostrando cautela na manutenção de fluxos de caixa disponíveis, podendo se inferir que devido, muito embora possa ser vantajoso manter disponibilidades de caixa a fim de proporcionar maior flexibilidade financeira, proteger os interesses dos acionistas e reduzir os custos de transação no mercado externo, além de proteger a organização em momentos de dificuldade financeira, essas reservas muitas das vezes podem levar os administradores a prática de comportamentos oportunistas conforme

a teoria da agência (Jensen, 1986), o que faz com que a relação positiva entre liquidez e desempenho seja afetada, sendo dependente do ambiente ao qual está inserida.

No entanto, quando observado os valores máximos, há grandes reservas de caixa, em algumas empresas, cerca de 47%, o que pode leva-las a não sentir necessidade em realizar conexões políticas por não serem tão dependentes de fontes externas para financiar suas atividades, já que de acordo com a teoria da dependência de recursos, a articulação ao ambiente é uma função direta dos níveis e tipos de dependência que uma organização possui (Hillman, Cannella, & Paetzold, 2000). Onde, os laços estabelecidos pelas firmas mostram o grau de articulação e de dependência em relação ao ambiente.

O que pode ser confirmado quando observado a média da variável doações (DOAES), onde cerca de 6% das empresas avaliadas realizaram doações durante o período analisado, podendo ser indicativo a partir dos resultados das variáveis ROA e DISP, acima mencionadas, de que a maior parte por está apresentando bom desempenho, não estejam observando vantagem, seja, competitiva ou por dependência de recursos na realização de conexões políticas.

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ROA	0.11	0.05	0.0013101	0.3090169
DISP	0.08	0.07	0.0001232	0.4728892
CONCPART	0.38	0.21	-0.0676687	0.9967803
ALAV	0.46	0.20	0.027782	0.9947276
TAM	22.35	1.68	17.33313	27.52581
TANG	0.39	0.18	0.0230227	0.9084274
OPORTCR	0.07	0.22	0.6667048	2.749.111
DOAES	0.06	0.24	0	1
CRISE	0.4	0.49	0	1

Tabela 2
Estatística Descritiva (2012 -2016)
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

É importante observar a correlação entre as variáveis do estudo destacada na tabela 3 a seguir para extrair achados importantes.

Os resultados demonstram que a um nível de significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente, as variáveis que apresentaram maior relevância para o desempenho, foram: Alavancagem (ALAV), Crise (CRISE), Disponibilidades (DISP) e Doações (DOAES). A respeito da significância com relação às Disponibilidades, as variáveis que obtiveram maior grau de associação foram: Tangibilidade (TANG), Oportunidade de Crescimento

(OPORTCR) e Concentração de Participação (CONCPART).

Variáveis	ROA	DISP	CONCPART	ALAV	TAM	TANG	OPORTCR	DOAES	CRISE
ROA	1.00								
DISP	0.08*	1.00							
CONCPART	0.04	0.09**	1.00						
ALAV	-0.24***	0.03	0.09**	1.00					
TAM	-0.01	-0.01	-0.04	0.30***	1.00				
TANG	0.02	0.30***	-0.05	-0.11***	-0.38***	1.00			
OPORTCR	0.05	-0.11***	0.04	0.03	0.06	-0.06	1.00		
DOAES	-0.03*	0.02	-0.06	-0.02	0.04	0.06	0.01	1.00	
CRISE	-0.13***	0.01	-0.01	0.10**	0.06	0.01	-0.03	-0.21***	1.00

Nota: Nível de significância ***1% **5% *10%.

Tabela 3
Correlação entre as variáveis (2012-2016)
Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A crise enfrentada no país a partir de 2015 mostrou que houve impacto negativo no desempenho das firmas durante esse período e posteriores, além da sua correlação negativa com a variável doações (DOAES), evidenciando que em períodos de queda da economia as firmas reduzem suas doações tendo em vista os efeitos negativos da crise sobre seu desempenho, impossibilitando aportes financeiros destinados a outras atividades que não a principal do negócio, bem como a cautela de envolvimento em escândalos, como demonstrado na pesquisa de Chen, Cheng e Tan (2017), levando-as a retrair as conexões, devido a custos políticos associados à assimetria informacional, prejudicando o desempenho da firma, assim procuram reduzir o aumento do risco e custos associados, que pode afetar a sua imagem e sustentabilidade. Assim, o custo decorrente das conexões políticas pode ser maior que o retorno, o que torna desvantajosa a iniciativa (Brey et al., 2014; Ozer & Alakent, 2013).

Além disso, as doações, variável de interesse, mostra que relações políticas podem afetar o desempenho, a partir da correlação negativa de -0.03, entre elas, quando analisada individualmente, podendo ser um indicativo de que a crise tem associação com as conexões políticas, ou seja, pode ser esta causada dentre outros fatores, por fatores políticos, tendo em vista serem usadas para trocas de favores.

É importante observar a correlação negativa entre a variável (ALAV) e o ROA,

onde quanto menor a participação de recursos de terceiros na estrutura do capital da empresa, melhor seu desempenho, tendo em vista que embora possa ser um maximizador de rentabilidade, a alavancagem pode aumentar os riscos eventuais de exposição a insolvência, podendo se depreender que a alavancagem pode estar afetando os níveis de disponibilidades, corroborando com a pesquisa de Claessens, Feijen e Laeven (2008), onde afirmou que as contribuições políticas podiam vir a facilitar o acesso a financiamentos, já que as empresas que contribuíram tinham aumento na alavancagem, embora não tenha acontecido o mesmo com a rentabilidade, ou seja tal alavancagem vem a afetar o desempenho das firmas, devido esse crédito diferenciado virem a garantir sua sobrevivência no mercado, fazendo com que o grau de conexão política passe a determinar a lucratividade dos empreendimentos, em detrimento de outros critérios como a produtividade, comprometendo o crescimento sustentado.

Quanto ao modelo proposto para identificar a influência das estratégias políticas no desempenho das firmas fatores, a tabela 4 a seguir mostra os resultados estimados da regressão. Onde, na tabela 4 as colunas (1) e (2) mostram os resultados do modelo com e sem a variável de moderação, respectivamente, evidenciado também os coeficientes que esclarecem a relação entre as doações e o desempenho. A variável disponibilidades possibilita medir o efeito parcial das reservas de caixa no ROA. Desse modo as colunas (1) e (2) mostram o impacto das doações sobre o desempenho.

Para testar modelo quanto à adequação de seus estimadores, foi necessário a realização do teste de Hausman, onde nesse teste em caso de rejeição da hipótese nula, o melhor estimador para o modelo é o com efeitos fixos. Dessa maneira, para o modelo utilizado nessa pesquisa, o teste de Hausman, considerando um nível de 5% de significância, evidenciou que o estimador com efeitos fixos é o mais adequado.

Com o estimador definido, foram realizados os testes para verificação da presença de heterocedasticidade e autocorrelação, através dos testes de Wald e Durbin-Watson, concomitantemente. Identificado a heterocedasticidade, aplicou-se as matrizes de covariância dos parâmetros robustos de Driscoll e Kraay, sendo adequado para ambos painéis, balanceados e não balanceados, e em regressão de efeitos fixos (Driscoll & Kraay, 1998). Não foi detectado problemas de multicolineariedade de acordo com o teste *Variance Inflation Factor* (VIF). A normalidade foi subentendida validando-se do pressuposto do Teorema do Limite Central (Brooks, 2014). O R^2 dos dois modelos apresentam uma boa explicação das variáveis independentes em relação ao Desempenho, sendo o modelo bem ajustado.

VARIÁVEIS	(1)	(2)
Disponibilidades	-0.0969** (0.038)	-0.0950** (0.048)
Concentração de Participação	-0.0188 (0.372)	-0.0187 (0.383)
Tamanho	-0.0412** (0.049)	-0.0403** (0.039)
Oportunidade de Crescimento	0.0271* (0.095)	0.0270* (0.089)
Tangibilidade	0.0500 (0.122)	0.0503 (0.114)
Alavancagem	0.0196* (0.074)	0.0203* (0.084)
Doações	0.0032 (0.463)	
Crise	-0.0065* (0.096)	-0.0071* (0.064)
Constante	1.0252** (0.035)	1.0046** (0.028)
Observações	470	470
R ²	0.1368	0.1362
Estatística F	0.001	0.002
Durbin Watson ¹	0.7736	0.7662
Teste de Wald ²	0.0000	0.0000
VIF ³	1.15	1.15
Firmas Identificadas	94	94
Efeitos Fixos	SIM	SIM

Nota: Nível de significância ***1% **5% *10%. Modelo com parâmetros robustos. O pressuposto da normalidade foi relaxado, pois a amostra é grande o suficiente (Brooks, 2008).

¹ Teste de Durbin Watson de Correlação. ² Teste de Wald para heterocedasticidade. ³ Maior valor para o teste de multicolinearidade *Variance Inflation Factor* (VIF).

Tabela 4

Resultados para os efeitos das disponibilidades e corrupção no desempenho da empresa

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Com base nos resultados apresentados, analisando o desempenho das firmas com base no ROA, observa-se que as variáveis que apresentaram significância estatística, nos dois modelos (1) e (2) foram as variáveis Disponibilidades, Tamanho, Oportunidade de Crescimento, Alavancagem e Crise.

Analisando o desempenho das empresas brasileiras, observou-se que, das variáveis que apresentaram significância estatística com base no ROA, apenas as disponibilidades e o tamanho apresentaram sinal diferente do esperado. Essa relação aponta que empresas que têm menor disponibilidade de caixa vêm a ter um desempenho mais alto, o que pode

ser devido ao fato de que estas evitam manter grandes níveis de caixa a fim de evitar conflitos de agência.

A relação inversa, porém, esperada, foi obtida na relação crise e desempenho, tendo em vista que em contextos de crise econômica as empresas têm seu desempenho afetado, a variável apresentou nível de significância de 10%. A crise enfrentada no país a partir de 2015 mostrou que houve impacto negativo no desempenho das firmas durante esse período e posteriores.

Por último, a variável de interesse deste modelo (doações) apresentou relação positiva, no entanto esta variável (doações) apresentou-se sem significância estatística ($p\text{-valor} = 0,463$), indicando que se a empresa realiza ou não doações não há impacto nenhum no seu desempenho, evidenciado que embora defendida como estratégia para melhorar o desempenho das empresas não é um determinante que vem a impactar fortemente a performance das companhias, o que mostra que com a Lei da Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015) as empresas não terão seu desempenho afetado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o efeito das conexões políticas entre firma e governo através de doação à campanha, sobre desempenho das empresas listadas na B3. Os resultados apontaram que com as doações as empresas tiveram aumento na alavancagem, onde tal aumento, veio a afetar o desempenho das firmas, podendo se dever ao fato desse crédito diferenciado vir a garantir sua sobrevivência no mercado, fazendo com que o grau de conexão política passe a determinar a lucratividade dos empreendimentos, em detrimento de outros critérios como a produtividade, comprometendo o crescimento sustentado.

A crise enfrentada no país a partir de 2015 teve impacto negativo no desempenho das firmas durante esse período assim como em posteriores, podendo se dever ao fato de que a crise tem relação com as conexões políticas, já que estas podem ser usadas para trocas de favores.

Em relação à manutenção de fluxos de caixa disponíveis, os resultados apontaram que em média há baixo nível de disponibilidades, muito embora possa ser vantajoso manter disponibilidades de caixa a fim de proporcionar maior flexibilidade financeira, proteger os interesses dos acionistas e reduzir os custos de transação no mercado externo, além de proteger a organização em momentos de dificuldade financeira, essas reservas muitas das vezes podem levar os administradores a prática de comportamentos oportunistas conforme a teoria da agência (Jensen, 1986), o que faz com que a relação positiva entre liquidez e desempenho seja afetada, sendo dependente do ambiente ao qual está inserida.

No entanto, algumas empresas, possuem grandes reservas de caixa o que pode leva-las a não sentir necessidade em realizar conexões políticas por não serem tão

dependentes de fontes externas para financiar suas atividades, já que de acordo com a teoria da dependência de recursos, a articulação ao ambiente é uma função direta dos níveis e tipos de dependência que uma organização possui (Hillman, Cannella, & Paetzold, 2000).

A literatura aponta que a aproximação, firma-governo, favorece acesso a financiamentos e a captação de negócios, no entanto mostra que este maior acesso a empréstimos é algo grave tendo em vista que, em média, as empresas que mais contribuem para campanhas eleitorais acabam apresentando um pior desempenho econômico, no entanto como discutido essa fonte de crédito passa a determinar sua sustentabilidade no mercado ao invés do resultado de suas atividades.

Embora, tenha sido verificado em pesquisas anteriores, que quanto maior as doações, maior poderia ser o desempenho, de forma geral este não se mostrou como um fator que venha a impactar fortemente o desempenho das empresas. Desse modo as evidências demonstraram que não há efeitos consideráveis das doações a campanhas eleitorais sobre a performance das firmas, logo sendo um indicativo de que as mesmas não terão seu desempenho afetado a partir da introdução da Lei da Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015).

É importante destacar que em períodos de maior instabilidade política, como nas eleições de 2014, as organizações intensificam suas estratégias políticas através de doações, a fim de obter informações privilegiadas e vantagens operacionais. No entanto, como foi verificada essa estratégia não leva a um maior desempenho.

Como limitações, conseqüentemente oportunidades para estudos posteriores, tem-se a inclusão de variáveis de diversificação internacional e mais variáveis de conexão política, além de comparar o desempenho antes e depois após a proibição de doações por empresas a campanhas eleitorais, ao longo de um período incluindo mais eleições.

No entanto, a pesquisa contribui para a literatura brasileira sobre estudos de desempenho e conexões políticas, trazendo novas evidências, tendo em vista a importância em abordar tal temática na atual situação de crise econômica e política do país, fornecendo bases para a tomada de decisão dos usuários da informação contábil, sejam definidores de políticas internas das corporações, acionistas e a sociedade que se beneficia com o desenvolvimento econômico, assim como a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

BAZUCHI, Karina Regina Vieira et al. **The role of home country political resources for Brazilian multinational companies.** BAR-Brazilian Administration Review, v. 10, n. 4, p. 415-438, 2013.

Brasil, Tribunal Superior Eleitoral. **Resumo de receitas por candidato.** Recuperado em 11 junho, 2017, de <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>

Brasil. **Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Recuperado em 11 junho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm

_____. **Lei nº. 13.165, de 29 de setembro de 2015.** Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Recuperado em 11 junho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm

BREY, Nathanael Kusch et al. **A estrutura de propriedade das corporações: conexões políticas sob a perspectiva da dependência de recursos.** Revista Ibero Americana de Estratégia, v. 10, n. 3, p. 126-146, 2011.

BREY, Nathanael Kusch et al. **Conexões políticas em estruturas de propriedade: o governo como acionista em uma análise descritiva.** RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 15, n. 1, p. 98-124, 2014.

CAMILO, Sílvio Parodi Oliveira; MARCON, Rosilene; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. **Conexões políticas das firmas e seus efeitos na performance: uma convergência entre as perspectivas da governança e da dependência de recursos—um ensaio teórico.** Revista Alcance, v. 19, n. 2, p. 241-258, 2012.

CHEN, Jean J. et al. **Implications of political patronage and political costs for corporate disclosure: Evidence from the Shanghai Pension corruption scandal.** Journal of Accounting, Auditing & Finance, v. 32, n. 1, p. 92-122, 2017.

CLAESSENS, Stijn; FEIJEN, Erik; LAEVEN, Luc. **Political connections and preferential access to finance: The role of campaign contributions.** Journal of financial economics, v. 88, n. 3, p. 554-580, 2008.

COOPER, Michael J.; GULEN, Huseyin; OVTCHINNIKOV, Alexei V. **Corporate political contributions and stock returns.** The Journal of Finance, v. 65, n. 2, p. 687-724, 2010.

DRISCOLL, John C.; KRAAY, Aart C. **Consistent covariance matrix estimation with spatially dependent panel data.** Review of economics and statistics, v. 80, n. 4, p. 549-560, 1998.

FISMAN, Raymond. **Estimating the value of political connections.** American economic review, v. 91, n. 4, p. 1095-1102, 2001.

HILLMAN, Amy J.; CANNELLA, Albert A.; PAETZOLD, Ramona L. **The resource dependence role of corporate directors: Strategic adaptation of board composition in response to environmental change.** Journal of Management studies, v. 37, n. 2, p. 235-256, 2000.

HILLMAN, Amy J.; HITT, Michael A. **Corporate political strategy formulation: A model of approach, participation, and strategy decisions.** Academy of management review, v. 24, n. 4, p. 825-842, 1999.

HILLMAN, Amy; KEIM, Gerald. **Varição internacional na interface entre empresas e governos: considerações institucionais e organizacionais.** Academy of management review, v. 20, n. 1, p. 193-214, 1995.

JACKOWICZ, Krzysztof; KOZŁOWSKI, Łukasz; MIELCARZ, Paweł. **Political connections and operational performance of non-financial firms: New evidence from Poland.** Emerging Markets Review, v. 20, p. 109-135, 2014.

JENSEN, Michael C. **Agency costs of free cash flow, corporate finance, and takeovers.** The American economic review, v. 76, n. 2, p. 323-329, 1986.

MAHON, John F.; MURRAY JR, Edwin A. **Strategic planning for regulated companies.** Strategic Management Journal, v. 2, n. 3, p. 251-262, 1981.

OZER, Mine; ALAKENT, Ekin. **The influence of ownership structure on how firms make corporate political strategy choices.** Business & Society, v. 52, n. 3, p. 451-472, 2013.

PITTMAN, Russell. **Market structure and campaign contributions.** Public Choice, v. 31, n. 1, p. 37-52, 1977.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem tradicional 1, 3, 4, 6, 9

Administradores 19, 58, 59, 60, 61, 64, 69

Aprendizagem prática 73

Apuração de haveres 15, 17, 23, 24, 25, 26, 28, 34, 35, 36, 37

Associações 18

B

Bens 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 28, 31, 33, 34, 35

Brasil 2, 9, 10, 13, 15, 19, 21, 25, 27, 31, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 48, 54, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 80, 89

C

Conexões políticas 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 69, 70, 71

Conhecimento 1, 3, 7, 11, 17, 19, 29, 39, 73, 74, 75, 77, 82, 83, 85, 87, 88

Construção civil 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56

Contabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 26, 27, 33, 35, 36, 55, 60, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 90

Contador 17, 18, 19, 21, 22, 35, 36, 76, 77, 82, 83, 89

Contribuições 1, 6, 7, 9, 62, 67, 73, 75, 77, 84

Cota 15, 17, 28, 32, 33, 34, 35

Cotidiano social 15, 17, 28, 35

D

Desempenho 22, 39, 49, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Diretrizes ambientais 38, 40, 46, 51, 53, 54

Dissolução 15, 16, 17, 22, 23, 24, 27, 28, 35, 37

Doações 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Documentos 5, 6, 16, 20, 35, 36, 44, 47, 50

E

Econômicos 4, 6

Economistas 19

Empresa 15, 16, 17, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 48, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 69, 81

Estágio supervisionado 73, 74, 75, 79, 80, 88, 89, 90

F

Fenômenos 1, 2, 3, 4, 9, 73, 80

G

Gestão 10, 13, 37, 39, 41, 43, 45, 46, 49, 52, 54, 55, 56, 60, 89, 91

H

História 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

J

Juros 17, 25, 34, 35

L

Laudo 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 35, 36

Legislação 18, 19, 21, 22, 74, 76, 80

M

Multa 19, 22

N

Negócios 10, 16, 19, 24, 27, 37, 70

P

Perícia contábil 15, 16, 17, 18, 19, 27, 35, 36, 37

Profissionais 11, 12, 18, 19, 22, 77, 78, 80, 90

Protocolos 9

Prova 15, 17, 18, 21, 24, 28, 35, 36

R

Regulamentação contábil 15, 28

Responsabilidade 19, 21, 22, 35, 52, 77

S

Sociedades 15, 18, 20, 24, 25, 36, 76, 77

Sócio 15, 17, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36

Sustentabilidade 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 66, 70

T

Teoria da agência 57, 59, 60, 65, 69

Teoria da dependência de recursos 57, 59, 61, 65, 70

Tribunais de Justiça 19

V

Valor 15, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 61, 68, 69

Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021